

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

PROVA DISCURSIVA

Aplicação: 31/1/2016

PADRÃO DE RESPOSTA

Aspectos da administração pública e da prestação dos serviços públicos que culminaram na implantação do PDRAE

O Brasil vivia uma crise na forma burocrática de administrar. Os serviços públicos eram ineficientes, as características do nepotismo e do clientelismo ainda se faziam muito presentes, a implantação de mérito na seleção de servidores públicos encontravam resistência, a burocracia trazia um elevado apego às normas o que emperrava a celeridade de processos, praticamente não havia gestão de resultados.

Segundo o texto introdutório do próprio PDRAE, a crise brasileira da década de 80 do século XX foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que incorre, em particular, sobre a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais.

“Com a finalidade de colaborar com esse amplo trabalho que a sociedade e o Governo estão fazendo para mudar o Brasil, determinei a elaboração do ‘Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado’, que define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira.

Este ‘Plano Diretor’ procura criar condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais. No passado, constituiu grande avanço a implementação de uma administração pública formal, baseada em princípios racional-burocráticos, os quais se contrapunham ao patrimonialismo, ao clientelismo, ao nepotismo, vícios estes que ainda persistem e que precisam ser extirpados. Mas o sistema introduzido, ao limitar-se a padrões hierárquicos rígidos e ao concentrar-se no controle dos processos e não dos resultados, revelou-se lento e ineficiente para a magnitude e a complexidade dos desafios que o País passou a enfrentar diante da globalização econômica. A situação agravou-se a partir do início desta década, como resultado de reformas administrativas apressadas, as quais desorganizaram centros decisórios importantes, afetaram a ‘memória administrativa’, a par de desmantelarem sistemas de produção de informações vitais para o processo decisório governamental.”

Entre os objetivos, o candidato poderá citar:

- (1) promover o ajustamento fiscal duradouro;
- (2) implantar reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional;
- (3) reformar a previdência social;
- (4) inovar os instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais;
- (5) reformar o aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas;
- (6) certificar a democracia por meio da prestação de serviços públicos voltados para o cidadão cliente e controlados pela sociedade;
- (7) aprimorar as decisões estratégicas do governo;
- (8) dotar o núcleo estratégico de capacidade gerencial para definir e supervisionar os contratos de gestão com as agências autônomas, responsáveis pelas atividades exclusivas de Estado, e com as organizações sociais;
- (9) modernizar a administração burocrática;

(10) limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não exclusivos para a propriedade pública não estatal;

(11) transferir parcialmente da União para os estados as ações de caráter regional, de forma a permitir uma maior parceria entre os estados e a União.

Características da administração pública gerencial

O candidato deverá apontar características como as seguintes:

- 1) administração pública pautada em administração profissional, autônoma e pautada em carreiras;
- 2) disciplina no uso de recursos;
- 3) instituição de indicadores de desempenho (claros e transparentes);
- 4) competição entre unidades administrativas;
- 5) ênfase (gestão) em resultados;
- 6) adoção de práticas originadas do mercado privado;
- 7) descentralização administrativa;
- 8) flexibilidade organizacional;
- 9) mérito em seleção e carreiras;
- 10) abertura à transparência e ao controle social;
- 11) desapego do excessivo padrão normativo.

Poderá, ainda, apontar características do texto do próprio PDRAE: “É preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de “gerencial”, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna “cliente privilegiado” dos serviços prestados pelo Estado”.